



GOVERNANÇA E RELACIONAMENTO EM REDES TEMPORÁRIAS: Proposta e Sustentação em Exemplos do Turismo Religioso

GOVERNANCE AND RELATIONSHIPS IN TEMPORARY NETWORKS: The Case of Religious Tourism

Ernesto Michelangelo Giglio ⁽¹⁾

Vera Lúcia Gomes ⁽²⁾

Universidade Paulista/UNIP, São Paulo-SP

Lucimar Ferreira Almeida ⁽³⁾

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT, Juína-MT

Nelize Beserra Siqueira ⁽⁴⁾

Universidade Paulista/UNIP, São Paulo-SP

RESUMO

O turismo religioso contém alguns eventos que são temporários, os quais unem atores com objetivos sociais, religiosos e comerciais; numa interação pouco investigada na produção acadêmica brasileira, conforme revisão realizada. O objetivo do artigo é apresentar e buscar sustentação sobre a proposição orientadora que o turismo de eventos que são temporários dificulta a formação de laços fortes entre os organizadores desses eventos, sejam pessoas, ou representantes de organizações, no sentido de frequência de encontros e diversidade das trocas, e também dificulta, ou mesmo inviabiliza a presença de governança relacional, quando esta é definida como construção dos próprios participantes da rede sobre os mecanismos de ação coletiva. Para alcançar o objetivo realizou-se a análise de um painel de artigos sobre o tema de redes temporárias, utilizando a técnica de análise temática, e foram encontrados alguns sinais de sustentação da proposição, o que justifica e valida continuação de estudos nessa temática. As evidências a favor da proposição é que em redes temporárias predomina a governança formal. As evidências que não sustentam a proposição e que indicam a necessidade de ajustes referem-se ao comprometimento e à presença de acordos entre os atores, processos esses que indicam a governança relacional, mesmo com o curto prazo do evento. Embora não conclusiva, a discussão traz à tona a importante questão dos mecanismos de governança nas redes temporárias, tais como alguns eventos religiosos, ou eventos musicais, tema pouco investigado, embora os fenômenos estejam presentes na cultura brasileira. Secundariamente o artigo apresenta o benefício metodológico de um conjunto de indicadores que podem nortear o planejamento de novas pesquisas.

Palavras-chave: Redes temporárias; governança; turismo religioso.

ABSTRACT

Religious tourism contains some events that are temporary, which unite actors with social and commercial objectives; in an interaction little investigated in the Brazilian academic production. The objective of the article is to present and find support on the guiding proposition that tourism of religious festivals, due to its character of temporality and diversity, makes difficult the formation of strong ties, in the sense of frequency and depth; and also difficult, or even makes it impossible the construction of relational governance. To

achieve the goal, the analysis of a panel of articles on the theme of temporary networks was carried out, through a thematic analysis, and some signs of support of the proposition were found, which justifies and validates the continuation of studies in this area. The evidence in favor of the proposition is that in temporary networks the formal governance predominates. Evidence that does not support the proposition and indicates the need for adjustments refers to the commitment and the presence of agreements between the actors, process that defines relational governance, even with the short term of the event. Although not conclusive, the discussion brings to light the important question of governance mechanisms in temporary networks, a subject little investigated, although the phenomena such as some religious or musical events are present in Brazilian culture. Secondly, the article presents the methodological benefit of a set of indicators that may guide the planning of new research.

Keywords: Temporary networks; governance; religious tourism.

INTRODUÇÃO

Os eventos religiosos se perdem na antiguidade e sua função básica é unir (religioso) cada ser com outras pessoas e com objetos do seu cotidiano. Eles servem, conforme Latour (2005), para criar redes de relacionamentos que incluem o sujeito num grupo e num fluxo de trocas de informações que lhe oferecem um significado na vida e uma identidade grupal, ou seja, a resposta sobre a questão “Quem sou eu”.

O turismo religioso encontra fortes expressões no mundo, como o Vaticano, o Santuário de Fátima, Jerusalém e o Caminho de Santiago de Compostela. No Brasil o maior evento religioso ocorre em Aparecida do Norte, no interior do Estado de São Paulo, no dia 12 de outubro. Eventos de outras religiões, no entanto, como dos adeptos da Assembleia de Deus e o evento conhecido como Marcha de Jesus reúnem milhares de pessoas em metrópoles do Brasil.

Em todas essas situações, ao lado da ação religiosa surgem outras atividades, de caráter econômico, como pousadas, hospedarias, hotéis, locações, transporte, alimentação, artesanato, lazer, saúde, segurança e o turismo propriamente dito (ABUMANSUR, 2003) e também

manifestações políticas e de grupos sociais. Esse agrupamento de organizações e de pessoas configuram redes de negócios imbricadas com as redes sociais e as redes religiosas.

Na modernidade foram adicionados objetivos econômicos e políticos ao turismo religioso, criando complexidade nos eventos, isto é, objetivos múltiplos e possíveis conflitos de interesses (ABREU, 2003; MATIAS, 2001). O caminho de Compostela, por exemplo, era um evento religioso de fé e resistência e modernamente apresenta uma estrutura comercial e de transporte em todo o roteiro, que é objeto de competição entre as vilas do caminho e certa expectativa dos participantes de serem atendidos como consumidores.

Nesse seu desenvolvimento incorporando o objetivo comercial e político, os eventos religiosos passaram a contar com as ferramentas próprias de negócios, tais como planejamento, estratégia, marketing, planejamento financeiro; criando a complexidade referida. A festa de Corpus Christi, que era religiosa nas cidades de Ouro Fino, em Minas Gerais e Santana de Parnaíba, em São Paulo; tornou-se um evento/negócio interessante e rentável para esses

municípios. Isso ampliou a rede de conexões necessárias, incorporando-se atores políticos (das secretarias locais da prefeitura), atores de negócios (como fabricantes dos enfeites utilizados e organizações ligadas à divulgação) e atores da sociedade civil (como entidades filantrópicas e de proteção ambiental) (ANSARAH, 2000; VIEIRA; CÂNDIDO, 2002).

Nesse movimento de entrada de vários atores nos eventos, surgem características de atuação no formato de rede, conforme destacada por Powell (1990), com características de interdependência, complexidade/variedade de tarefas, trocas constantes de informações, estabelecimento de laços de cooperação e alguns mecanismos de ação coletiva, que constituem a governança (GRANDORI, SODA, 1995; PROVAN, KENIS, 2008).

Essa aproximação e interface entre negócios, turismo, religião e sociedade civil em um formato em rede suscita alguns questionamentos:

- (a) Como se resolvem os conflitos de interesses dos vários atores?
- (b) Como gerenciar a organização de um evento, incluindo seus custos e receitas, considerando a heterogeneidade dos grupos?
- (c) Sendo a maioria das festas religiosas eventos temporários, como ficam as ligações entre os atores durante e após o evento?
- (d) Como criar mecanismos para ações coletivas, necessários para integrar as ações entre os diversos atores, sendo um evento temporário?

As questões remetem ao tema geral sobre como se organizam os diversos

subgrupos de uma rede, em função de um objetivo coletivo, que é a realização e sucesso de um evento religioso que seja temporário. Será que temporalidade definida do evento caracteriza um tipo especial de relacionamento e de governança?

Autores frequentemente citados no ranking da base de dados Scopus, que investigaram a organização de redes, convergem na afirmativa que é necessário um ambiente de relacionamento de confiança e de comprometimento (JONES, HESTERLY, BORGATTI, 1997; UZZI, 1997; GRANOVETTER, 1985; RUSBULT, VAN LANGE, 2003) e de uma governança legitimada e seguida pelos atores (GRANDORI, 2006; PROVAN, KENIS, 2008; MILAGRES, SILVA, REZENDE, 2016). Só que esses trabalhos pressupõem a longevidade das redes.

A partir dos questionamentos e das convergências de afirmativas de autores, surgiu a proposição deste artigo que pode ser expressa na frase: Na rede do turismo de festas religiosas que são temporárias, existem dificuldades, ou mesmo inviabilidade de formação de laços fortes de confiança, comprometimento e cooperação, o implica na dominância da governança formal.

Como objetivo do artigo, propõe-se apresentar os argumentos teóricos a favor da proposição e buscar evidências iniciais na produção científica que sustentem, justifiquem e validem o aprofundamento de estudos no tema. Como metodologia para se chegar ao resultado, na análise da produção científica utiliza-se a técnica de análise temática (BARDIN, 2011).

Trabalho publicado por Iacono, Esposito e Berni (2013) segue nessa

direção, afirmando que quando uma rede é temporária, a organização, a conjunção de esforços e a sinergia se realizam por regras existentes no campo organizacional, sejam legais, sejam de mercado, sejam éticas; e não por uma dinâmica de grupo, já que os atores ficam juntos por um período breve e definido. Dessa forma, a governança adquire um caráter mais formal, com um grupo de atores sendo os controladores do evento.

Considerando esse contexto de discussão sobre temporalidade, relacionamento e mecanismos de ação coletiva, que são as expressões básicas contidas na proposição, o artigo se desenvolve buscando sustentação em afirmativas, modelos e teorias oriundos de artigos de redes, que se ocuparam do tema do tempo; e também busca, seleciona e organiza um painel de artigos mais voltados para o turismo religioso. Com essas duas fontes secundárias, pretende-se uma primeira sustentação da proposição e a justificativa de continuar estudos sobre o tema.

Considerando as expressões da proposição, isto é, relacionamentos de confiança, de comprometimento e construção social da governança, utiliza-se como base teórica as afirmativas, modelos e teorias que colocam categorias sociais como fundamentos de explicação das redes. Estudos como os de Morgan e Hunt (1994), sobre confiança e comprometimento; Grandori (2006), Klijn (2008) e Milagres, Silva e Rezende (2016), sobre governança; e modelos mais completos de formação e constituição de redes, como os apresentados por Uzzi (1997), Larson (1992) e Halinen, Salmi, Ávila (1999) fornecem a base inicial sobre a afirmativa que as redes, de qualquer

natureza, desenvolvem uma teia de relações sociais que se imbrica com fluxos comerciais e técnicos, exercendo influência. Essa teia se forma gradativamente, nos encontros frequentes entre os atores (JONES, HESTERLY, BORGATTI, 1997).

BASE TEÓRICA

A formação de redes de qualquer natureza (comercial, políticas públicas, religiosa, de cooperação, de tecnologias, entre outras) é explicada por algumas lentes, ou perspectivas.

Trabalhos que buscaram as convergências sobre os conceitos de redes concluem pela existência de dois paradigmas a partir dos quais as análises e as teorias se organizam (MILES; SNOW, 1992; OLIVER, 1990; GIGLIO; KAWSNICKA, 2006; PROVAN; SYDOW, 2007):

(A) Paradigma racional e econômico, voltado para os ganhos de custos e eficiência de processos nas ações coletivas;

(B) Paradigma social, orientado para variáveis sociais, como cooperação, comprometimento e luta de poder, caracterizando equilíbrio dinâmico das redes;

Ambos estão dentro do guarda-chuva dos princípios da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), que afirma que está em desenvolvimento um novo formato social, fundado nas múltiplas relações, no poder disseminado e em sistemas não hierárquicos de produção. Quando um determinado grupo de atores constrói laços mais fortes, frequentes, buscando resolver problemas coletivos, surge no grupo um conjunto de mecanismos para

dirigir e regular a ação coletiva, recebendo o nome de governança.

O estudo da governança lança conexões temáticas sobre os aspectos de estrutura, processos, equilíbrios, fluxos; produção, resultados e gerência. A governança é o centro que guia as operações nas redes. Na literatura internacional sobre o tema, há uma divisão entre governança formal e informal, conforme a origem do mecanismo ocorre por determinação legal, ou por regras do mercado, sendo pouco flexível (formal), ou por construção do próprio grupo (informal, ou relacional).

Assumindo esse conceito de governança e sua divisão, o artigo investiga a natureza da governança em redes temporárias de eventos religiosos, a partir da lente das relações sociais e da construção da governança pelo próprio grupo. Essas construções sociais da governança foram apontadas por Cruz, Martins e Quandt (2008) e Milagres, Silva e Rezende (2016).

As Relações Sociais nas Redes

A abordagem social de redes afirma que o comportamento dos atores e as decisões das organizações de uma rede são influenciadas pelas relações sociais em que cada ator está imerso (GRANOVETTER, 1985; UZZI, 1997). Os autores que seguem este princípio privilegiam a relação social como pano de fundo do ambiente, funcionamento e comportamento empresarial (NOHRIA; ECCLES, 1992). Em outras palavras, os processos e decisões sobre negócios, ou cooperação, ou políticas públicas, estão imbricados com as relações sociais entre os atores. Essas relações facilitam, ou criam

resistências ao desenvolvimento da rede e aos resultados coletivos a serem alcançados.

Os estudos sobre a teoria social de redes acompanham uma linha de pensamento contemporâneo, sobre a formação de uma nova sociedade, caracterizada pelos laços em rede, em substituição aos pequenos grupos, como família e grupo de trabalho.

Na sociedade em rede ocorrem interfaces entre vários grupos, de distintas naturezas, cuja conexão se torna possível por uma base tecnológica (CASTELLS, 1999). Assim, toda pessoa e toda organização está em rede, mesmo que não utilize suas conexões (NOHRIA; ECCLES, 1992). Quando as conexões são fracas, com encontros esporádicos e com pouco envolvimento dos atores, tem-se uma rede latente, pouco desenvolvida, ao passo que no oposto tem-se uma rede forte, atuante, com decisões e ações coletivas mais constantes. Trabalhos brasileiros que seguem essa linha (CERQUEIRA, SACRAMENTO, TEIXEIRA, 2010; SILVA, 2011) reafirmaram a importância da perspectiva da sociedade em rede e do paradigma das relações sociais como pano de fundo que orienta os processos das redes, tais como modos de produção, de decisões sobre tarefas, papéis e responsabilidades.

Um dos pressupostos da abordagem social de redes, no entanto, é a suposição da continuidade da rede, com interações frequentes. Nesse caso surgem lacunas de explicação quando os fenômenos são redes temporárias, como no caso de shows itinerantes, eventos esportivos como copa do mundo e eventos religiosos, como procissões e datas

específicas do calendário religioso. Como analisar as relações sociais e a governança nesses casos?

A proposição deste artigo é que no caso de eventos religiosos temporários, por causa do tempo determinado, da heterogeneidade de participantes e de distintos interesses (comerciais, sociais, religiosos, políticos), não há um campo organizacional propício para a emergência e consolidação de laços fortes e nem para a construção em grupo das regras, o que determina um caráter mais formal da governança.

A proposição nasceu de reflexões sobre os textos que tratam de redes temporárias e por observações dos autores, sobre uma festa religiosa na região de Jundiaí, na Grande São Paulo. A observação local indicou que a natureza predominantemente religiosa do evento determina um alto grau de comprometimento dos atores diretamente ligados à religião, mas com pouca força de decisão sobre outras ações (comerciais e políticas por exemplo).

Outro exemplo interessante é a festa de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida- São Paulo. Milhares de fiéis passam por situações de desconforto, em nome da fé, mas essa massa de atores não modifica o ambiente de negócios cada vez mais forte no local e o uso político da festa.

Nos dois exemplos citados, especialmente o de Aparecida, para diminuir os conflitos de interesses, as diferentes organizações buscam se harmonizar no acesso aos fiéis, oferecendo tanto a parte religiosa, quanto outros ambientes de negócios (como estacionamento, comida, serviços de transporte, roupas, etc.).

A cada ano a formalização desse evento avança em pormenores. Quais seriam os princípios teóricos que podem dar suporte para uma análise de eventos temporários?

Os princípios selecionados

Na abordagem social de redes o nascimento e a permanência de redes ocorrem não só por fatores econômicos e de busca de recursos; mas também por fatores sociais, como experiências anteriores com outras organizações, reputação dos envolvidos, sinais de comprometimento em trabalhos conjuntos anteriores e pressões institucionais, como, por exemplo, atores poderosos como o governo (LARSON, 1992; GULATI; GARGIULO, 1999, WEGNER et al., 2011).

Essa abordagem, como já comentado, supõe a consolidação e permanência do grupo de atores, mas existem vários fenômenos extemporâneos que não são bem explicados por essa perspectiva. Afirmativas mais contemporâneas sobre fluidez dos relacionamentos (BAUMAN, 2003), mudanças constantes de estruturas de relacionamentos (MORIN, 2008), imprevisibilidade do comportamento (HOLLAND, 1995) colocam outra perspectiva sobre como se organizam ações coletivas. Estes pontos de vista são importantes, pois remetem à discussão da temporalidade dos relacionamentos.

Para os propósitos deste artigo, significa que alguns eventos religiosos podem ser caracterizados como organizações no formato de rede, mesmo que a realização seja temporária. Estão presentes alguns elementos, como trocas intensas de informações, determinação de papéis e funções, quadro de referências de

normas de ações coletivas, que são características do formato de redes.

O que aproxima os atores de um evento religioso numa rede mais ampla, como é o caso de uma cidade inteira voltada ao turismo (por exemplo, Aparecida, Congonhas do Campo, Salvador) é a existência de um objetivo coletivo que busca o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, oferece vantagens para cada grupo e organização dentro dela. No entanto, como alguns eventos religiosos são temporários, surge o questionamento sobre como ficam essas relações sociais, já que os laços ficam latentes, inativos durante boa parte do ano.

A partir da convergência de afirmativas dos autores que defendem a abordagem social de redes, selecionaram-se três categorias como as centrais na formação e operação das redes: (a) Confiança, (b) Comprometimento, (c) Governança. Uma rede que funciona; que atinge seus objetivos, apresenta sinais evidentes e repetidos de ações de confiança e comprometimento. Esse ambiente relacional possibilita a criação e adoção de mecanismos de solução das diferenças, das assimetrias, incentivando a ação coletiva e controlando o comportamento oportunista. Esses mecanismos podem ser adotados a partir de sua existência no ambiente organizacional (em outra rede, por exemplo), ou criados pelo próprio grupo.

A partir dessa discussão, chega-se ao primeiro objetivo do artigo que é a análise e sustentação lógica e teórica da proposição sobre as características específicas de relacionamento e de governança no caso de redes temporárias.

Os seguintes princípios foram selecionados e compõem a base teórica de reflexão e interpretação de redes temporárias:

- (1) O princípio da relação social como pano de fundo das ações e decisões técnicas dos atores das redes, sejam comerciais, ou de outra natureza;
- (2) A afirmativa de Nohria e Eccles (1992) e de Castells (1999) de que todas as pessoas e todas as organizações estão em rede, quer utilizem, ou não suas ligações;
- (3) A afirmativa de Uzzi (1997) e Rusbult e Van Lange (2003) sobre a confiança e o comprometimento serem as bases de desenvolvimento das redes;
- (4) A afirmativa de Jones, Hesterly e Borgatti (1997) sobre a existência de uma governança para organizar e resolver os conflitos gerados por diferenças de objetivos, capacidades e interesses entre os atores;
- (5) A afirmativa de Milagres, Silva e Rezende (2016) sobre a governança relacional ser uma construção social dos mecanismos de ação coletiva que surgem no próprio grupo, diferente da governança formal;
- (6) As redes de eventos religiosos temporários tem uma curva de ascensão dos laços, tornando-se forte durante o evento e enfraquecendo no período do não-evento.
- (7) As redes eventos religiosos temporários apresentam uma governança externa, já que os laços são fracos antes do evento, dificultando a construção interna dos mecanismos.

O conjunto de itens tem lógica e é teoricamente sustentável, oferecendo a primeira resposta sobre a validade da proposta apresentada.

O próximo passo é apresentar os conceitos operacionais e os indicadores construídos para a realização de pesquisas sobre o tema.

Os conceitos operacionais e indicadores consequentes

Unindo os princípios descritos no item 2.2 e as definições operacionais encontradas em trabalhos recentes sobre as

três categorias (D'ARRUDA et al., 2017; GIGLIO, RYNGELBLUM, BAZANINI, 2017; MILAGRES, SILVA e REZENDE, 2016) construiu-se o Quadro 1, colocando-se o conceito dominante, o conteúdo a ser observado e os indicadores encontrados e/ou adaptados e/ou criados especialmente para esta tarefa. Esse quadro constitui um benefício metodológico importante do trabalho.

Categoria	Conceito Dominante	Conteúdo a ser observado	Indicadores
Sinais de Comprometimento	Colocar-se à disposição para ações coletivas; não tirar proveito da dependência dos outros.	Atitudes e ações para atingir objetivos coletivos, ou ajudar outro ator, mesmo que pouco, ou nada se ganhe.	1.Participar regularmente de reuniões e decisões. 2.Ajudar o outro, mesmo sem benefício próprio imediato. 3.Assumir responsabilidades de ações conjuntas.
Sinais de Confiança	Colocar-se na dependência do outro.	Atitudes e ações nas quais o sujeito se expõe ao coletivo, ou fica na dependência do outro, ou dispõe seus recursos sem recorrer a mecanismos formais de controle.	1.Solicitar ajuda do outro, colocando-se na dependência desse outro. 2.Assumir tarefa cuja execução depende de outro, confiando que esse outro irá realizar. 3.Dispor seus recursos, de qualquer natureza, para serem usados por outros.
Sinais e Formas de Governança	Mecanismos de controle do comportamento e incentivos para ações coletivas. Pode ser formal, ou informal.	Toda e qualquer regra explícita, ou implícita que coloque restrições ao comportamento oportunista, incentive a ação coletiva e proteja os recursos do grupo.	1.Regras sobre admissão e exclusão de pessoas no grupo. 2.Regras sobre hierarquia, liderança e funcionamento. 3.Controle por autoridade, ou reputação (de um ator mais poderoso, por exemplo).

Quadro 1: A definição operacional de governança e os indicadores

Fonte: Construção dos autores, 2018.

Atingida a primeira parte do objetivo, de análise e sustentação da proposta a partir de princípios teóricos, com o objetivo secundário da capacidade desses princípios em criar indicadores, é possível apresentar a metodologia que guiou a realização da segunda parte, que é a sustentação na produção acadêmica.

METODOLOGIA

Tratando-se de uma proposição que une categorias normalmente investigadas de forma isolada e considerando um campo de estudo que é pouco investigado na área de redes, que são os eventos religiosos temporários, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e a tarefa é buscar em fontes secundárias evidências de sustentação, ou não, da proposição.

O primeiro levantamento sobre quantidade de artigos sobre as expressões chave da proposição- redes, confiança, comprometimento, governança, turismo religioso indica dominância de estudos que analisam as variáveis de forma isolada. A Tabela 1 apresenta as indicações geradas no portal *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Existem por volta de 480 mil artigos nessa base de dados, sendo aproximadamente 50 mil da área de Ciências Sociais. Dentro dessa área, são mostradas as indicações das palavras chave: 1) Redes; 2) Confiança; 3) Comprometimento; 4) Governança; 5) Religião, 6) Turismo. Os cruzamentos das expressões governança com turismo e religião resulta em unidades, o que indica que os pesquisadores não uniram os conceitos. Uma possível interpretação sobre essa raridade decorre do suposto da

perenidade das redes, que está presente na abordagem social e pode não estar presente nas palavras turismo e eventos religiosos, na visão dos pesquisadores.

Utilizando a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), realizou-se a análise temática dos artigos encontrados nos cruzamentos. O cruzamento da governança com religião resulta em 1 indicação, com um texto que faz análise histórica da proibição das procissões nos países baixos, tema distante do foco do presente artigo.

O cruzamento da governança com turismo resulta em 5 indicações, das quais ressalta-se o artigo de Barbará, Leitão e Fontes (2007), sobre governança regional no turismo. O conceito de governança regional é derivado de governança de políticas públicas, que idealmente seria uma construção social, mas acaba sendo uma construção formal do governo, por falta de conhecimento e comprometimento dos outros atores.

O cruzamento de turismo com religião resulta em 8 indicações, das quais ressalta-se o trabalho de Guillaumon (2012) sobre a fragilidade dos conceitos tradicionais de gestão de grupos para eventos religiosos, pela complexidade de interesses em jogo.

Tabela 1: Frequências das indicações de categorias no portal SciELO

Categorias	Frequência
(1) Redes	3019
(2) Confiança	2469
(3) Comprometimento	2550
(4) Governança	642
(5) Religião	913
(6) Turismo	387
(4) e (5)	1
(4) e (6)	5
(5) e (6)	8

Fonte: Os autores

Alternando a busca para o portal de periódicos CAPES, encontraram-se resultados ampliados, descritos na Tabela 2.

Tabela 2: Frequências das indicações de categorias a partir do portal de periódicos Capes

Categorias	Frequência
(1) Redes	48.059
(2) Confiança	8.815
(3) Comprometimento	7.122
(4) Governança	3.319
(5) Religião	5.721
(6) Turismo	20.085
(4) e (5)	59
(4) e (6)	190
(5) e (6)	187

Fonte: Os autores

Considerando-se os resultados mais expressivos do portal da Capes, na segunda etapa da pesquisa realizou-se a análise dos títulos, palavras chave e resumo para selecionar os artigos importantes. O critério de descarte considerou artigos com outros focos, como econômico, ou geográfico; com outros campos, como biotecnologia; bem como situações de contextos fora do Brasil, tal como o já citado artigo sobre os países baixos e indicações que não são artigos científicos, tais como editoriais de revistas. Nesses critérios a conjunção governança e religião resultou em zero indicações selecionadas; governança e turismo resultou em 4 selecionadas e religião e turismo resultou em 2 selecionadas. No próximo item os artigos são comentados.

Nesta última conjunção, turismo e religião, cabe comentar a diversidade teórica e de interpretações sobre inúmeros casos de eventos religiosos no Brasil, mas os autores raramente se ocupam das ações coletivas e da governança, na perspectiva de redes.

ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro comentário sobre o levantamento realizado é a ausência de artigos na perspectiva de redes e, por consequência, na perspectiva social de redes. A leitura dos títulos, palavra chave e resumos dos mais de trezentos artigos indicados nos vários cruzamentos das expressões mostram um leque de teorias, modelos e afirmativas das várias Ciências Sociais de base (Psicologia, Sociologia, Antropologia) e Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Marketing, Comunicação, Direito), mas são raros os que adotam a perspectiva de redes, no sentido do formato de rede (POWELL, 1990; GRANDORI, SODA, 1995).

O resultado chama a atenção porque a maioria dos casos relatados nesses artigos são fenômenos de ação coletiva, unindo várias pessoas e organizações com objetivo coletivo e objetivos particulares. Essa conjunção de objetivos e a necessidade de mecanismos que regulem as ações coletivas constituem o campo de investigação do fenômeno das redes. Uma possível explicação para a raridade de estudos seria o desconhecimento dos pesquisadores sobre os princípios da área de redes, somado à tendência de utilizar modelos e teorias clássicas das Ciências Sociais Aplicadas.

Sobre a conjunção governança e turismo, encontraram-se 4 artigos que apresentam proximidade com o tema atual, discutindo a governança dos destinos turísticos. A diferença é que nenhum desses casos trata de uma rede temporária.

Silva, Mantovaneli e Sampaio (2012) construíram a história dos vários modelos de governança do evento

Oktoberfest, na região sul do Brasil. Segundo os autores, em um segundo momento de governança houve a transformação do evento em produto de marketing, com certa descaracterização do sentido original. Num terceiro momento, atual, as pessoas mais próximas e atuantes na região buscam recuperar a caracterização original do evento nas suas raízes, criando normas nesse sentido. É um exemplo de como o relacionamento de comprometimento e o resgate da história pelos atores locais influencia na construção de mecanismos de governança, que deixam o campo da lógica do mercado (do negócio), para retornar ao campo da expressão cultural e identidade de um grupo.

Arruda, Mariani e Caleman (2014) analisaram a governança do roteiro turístico de Bonito- MS, na perspectiva da teoria dos custos de transação. Eles concluíram que a governança é híbrida, com elementos formais e informais, com tendência para a hierarquização conforme se analisa a história do passado para o presente.

Fonteles (2015) comenta sobre a inserção de atores locais na gestão do turismo de uma região da Bahia, com a emergência de uma governança regional (que é sinônimo da governança relacional, isto é, de mecanismos criados pelo próprio grupo). O caso relata o sucesso da ação coletiva dos vários atores, tornando o local (Jericoacara) cada vez mais atrativo. O ponto de ligação com o presente tema é a relação entre governança regional e o sucesso da rede. A construção de regras pelo próprio grupo parece ser motivo de coesão do grupo e sucesso no alcance de objetivos.

Trentin (2016) compara a governança de três locais turísticos no Brasil, mas seu conceito de governança é próximo de governo, no sentido de políticas públicas inclusivas e democráticas, um pouco distante do conceito neste artigo, sobre mecanismos de ação coletiva.

Os quatro artigos apresentam variações sobre o conceito de governança, mas convergem na afirmativa sobre sua importância fundamental na operação e no sucesso das redes. Aspectos como capacidade do governo local, mecanismos de trocas de informações e comprometimento dos atores são colocados como componentes adicionais na formação da governança.

Os dados valorizam a construção local da governança como sendo o melhor caminho de sucesso das redes. Nesse ponto há concordância com o presente artigo, que também coloca a governança no centro dos processos das redes. A diferença é que todos os casos analisados são de turismo permanente, o que dificulta a conclusão sobre a sustentação da proposição deste artigo. Se nos casos de redes perenes predomina a governança relacional (ou regional) como base de sucesso da rede, seria o mesmo, ou seria o contrário no caso de redes temporárias?

A seleção da conjunção turismo e religião resultou em 1 artigo. Panis (2009) discutiu a possibilidade (no sentido de proposta, não de realidade presente) dos atores de Rincão da Cruz, RS, serem os próprios criadores das condições e regras do turismo local, diminuindo a presença de organizações comerciais que exploram o local. O artigo mostra que a ausência de participação e comprometimento de atores

locais cria um vazio de papel e função, que é o buraco estrutural, conforme Burt (1976). Nesse vazio, as organizações comerciais entram para obter lucro, com governança formal, baseadas em regras de mercado.

Quatro artigos que não tratam de governança são comentados, porque contém uma tangência com a proposta atual.

Cassanego e Ribeiro (2010) investigaram as estratégias de organizações na indústria de turismo, concluindo que a confiança é o fator chave para a ação conjunta entre as organizações locais, mas que ela não se desenvolve o suficiente por causa da curta duração dos eventos religiosos. Tal como no presente artigo, colocou-se que a confiança é um dos fatores presentes na construção da governança local (ou regional, ou relacional), inferindo-se que a ausência da confiança gera ausência da governança local.

Oliveira e Dennys (2008) afirmam que há um movimento de transformação dos eventos religiosos em negócios de turismo, tendo como foco o Estado do Ceará. A proximidade com o tema deste artigo é que os autores colocam o fenômeno na categoria de complexidade, que é característica das redes. É um dos raros artigos que coloca a perspectiva de redes para investigar fenômenos religiosos.

Serra (2013) comenta que o turismo religioso pode ser compreendido na perspectiva da territorialidade, o que inclui a noção de espaço social, utilizado nos princípios de redes. Peres et al. (2012) afirmam que o estudo do turismo rural deve considerar como bases de análise o território, a governança, a cultura e o

trabalho coletivo. São artigos que sustentam a escolha das categorias do presente trabalho.

A expressão rede temporária não gera nenhuma indicação nos bancos selecionados, bem como em buscas alternativas nos bancos da Anpad e Angrad.

Em outro trabalho dos autores deste presente artigo, em avaliação por revista científica, investigou-se o campo de shows, que são eventos móveis, na mesma perspectiva teórica do presente artigo. O resultado da pesquisa é que são fracos os sinais de redes, no sentido de confiança e comprometimento e construção da governança. Há predomínio da governança externa e formal (contratual), fundada nas características do negócio, principalmente a filosofia competitiva da lei do mais forte. Quem detém o poder (seja técnico, seja político, seja por posição na rede) determina as regras de coordenação das organizações. Esta linha de argumentação sustenta a afirmativa 6, sobre a dominância de uma governança externa em redes temporárias.

A análise deste painel de revisão bibliográfica levanta os seguintes pontos: (1) Não se encontraram evidências e afirmativas sobre a nova sociedade fundada no formato em rede, conforme se encontra em Nohria e Eccles (1992) e Castells (1999). Na verdade, a perspectiva de redes é pouco utilizada nos trabalhos sobre turismo e sobre religião, embora, conforme aqui se defende, são eventos coletivos que apresentam as características que definem redes, tais como interdependência, complexidade, necessidade de trocas e compartilhamento; comprometimento e existência de objetivos coletivos.

(2) Encontraram-se alguns sinais de sustentação do princípio da relação social como pano de fundo das ações e decisões técnicas, sejam comerciais, ou de outra natureza, para a construção da governança local. Encontraram-se casos de grupos locais cujos atores se uniram para organizar, ou resgatar o turismo local.

(3) Em conjunção com o item 2, encontraram-se alguns sinais sobre a confiança e o comprometimento serem necessários para as ações coletivas, conforme afirmam Uzzi (1997) e Rusbult e Van Lange (2003).

(4) Não se encontraram sinais da afirmativa de Jones et al. (1997) sobre a emergência da governança a partir dos encontros repetidos dos atores e da teia social que se cria entre eles. Alguns artigos chegam a colocar que esse seria o ideal, mas sem descrição de evidências nos casos investigados. Surgiram evidências que essa governança existe externamente ao grupo de atores, principalmente a partir das características do negócio, e são adotadas pela rede.

(5) Não se encontraram artigos de Administração sobre o tema das redes temporárias de eventos religiosos, criando limites para se comentar sobre a afirmativa da curva de ascensão e declínio dos laços e sobre a construção da governança.

O conjunto dos pontos indica que a proposição encontrou alguns poucos sinais de sustentação, mas outros de oposição, sem uma linha definida. Ela fica em aberto para pesquisas com dados de fontes primárias.

A conclusão deste item é que a proposta é mais fortemente sustentada nos argumentos lógicos e teóricos, do que nas pesquisas realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposição sobre o relacionamento e a governança em eventos temporários de redes, seguiu-se uma metodologia qualitativa, buscando-se evidências lógicas, teóricas e empíricas que sustentassem a proposição.

Como campo de discussão e de busca bibliográfica selecionou-se o fenômeno de eventos religiosos temporários. Como teoria de base, adotaram-se os princípios sociais de explicação sobre redes, especialmente a matriz de relacionamentos entre os atores e a construção dos mecanismos de governança. Alguns dos modelos citados no texto (JONES, HESTERLY, BORGATTI, 1997; GRANDORI, SODA, 1995; POWELL, 1990) partem do pressuposto da longevidade da rede. Seguindo essa trilha e suas consequências, a proposição afirma que em eventos temporários a governança é predominantemente formal e o relacionamento é predominantemente técnico e comercial.

A primeira parte do objetivo foi alcançada após a análise das afirmativas de autores e a organização dos princípios que norteiam as pesquisas sobre eventos temporários. A coerência interna dos argumentos, colocados no item 2.2 e a construção de indicadores, colocada no item 2.3, sustentaram de forma robusta a proposição.

Na busca de evidências de sustentação da proposição na produção acadêmica, que foi a segunda parte do objetivo, uma das conclusões é que são raros os artigos que investigam o turismo religioso na perspectiva de redes,

predominando temas das ciências sociais básicas (por exemplo, de identidade grupal) e análises de políticas públicas (como de desenvolvimento local de comunidades que tem um evento religioso atrativo).

Dessa evidência de raridade surge um benefício do presente artigo, de mostrar uma trilha de pesquisa ainda pouco investigada. Para facilitar a caminhada nessa trilha, o artigo apresenta as definições operacionais das categorias colocadas como essenciais e um conjunto de indicadores que são um guia para a construção de instrumentos de coleta. O modelo, as definições e os indicadores não foram encontrados nos artigos nacionais, constituindo-se em um benefício metodológico importante.

A base teórica fundada nos princípios sociais de redes, principalmente as relações de confiança e comprometimento, foram sustentadas a partir de algumas evidências no painel de artigos investigados, mas com afirmativas isoladas, isto é, ora sobre a confiança, ora sobre o comprometimento, ora sobre o poder, ora sobre a governança.

Como alguns eventos do turismo religioso se caracterizam por serem temporários, buscou-se literatura sobre redes temporárias, mas não se encontrou material nacional publicado, a não ser um artigo dos próprios autores, ainda em avaliação. Nesse artigo os autores concluem que as redes temporárias de shows móveis não permitem a criação da teia social que regula os processos de redes; de tal forma que os mecanismos de controles e organização das ações coletivas são buscados externamente, nas características do negócio. Nesse sentido, o artigo confirmou hipótese levantada por

Iacono et al. (2013) sobre a governança externa em redes temporárias.

A proposição apresentada, sobre a governança de eventos temporários ser predominantemente formal, fundada nos mecanismos legais e de mercado, não foi nem sustentada, nem rejeitada. Alguns poucos sinais apontam para sua sustentação (como a hierarquização da rede de turismo em Bonito-MS) e outros apontam para sua rejeição (como a organização local dos atores da Oktoberfest).

Embora não se tenha obtido uma resposta fundamentada, um dos benefícios do artigo é mostrar que há um campo de pesquisa sobre eventos religiosos e turísticos ainda inexplorado na perspectiva de redes. Todos os casos encontrados no mapeamento do portal de periódicos Capes podem ser revisitados nessa perspectiva.

Conforme já comentado, outro benefício do artigo foi apresentar um quadro de indicadores que pode servir de guia para a construção de instrumentos de coleta. Na análise temática realizada, os indicadores se mostraram operacionais, isto é, capazes de indicar presença/ausência da variável em análise.

O turismo religioso é um evento complexo, no sentido de existirem redes sociais, redes comerciais (os negócios do turismo religioso) e com políticas públicas de desenvolvimento local, numa integração ainda pouco investigada na literatura brasileira. O artigo busca, modestamente, contribuir para chamar a atenção para a área.

Algumas perguntas permanecem em aberto, principalmente as que se referem à força dos laços durante o evento e sua configuração no tempo do não-

evento. Outra pergunta é sobre o tempo de maturação para emergência da governança a partir da dinâmica do grupo. Se um evento dura 1 dia, 1 semana, ou 1 mês, faz diferença para o relacionamento e a governança? Ou o fato de ser temporário, com data marcada para terminar, é fator absoluto, não importando por quanto tempo?

Outra linha de pesquisa pode partir dos resultados da conjunção turismo e religião no portal de periódicos da Capes. Dos 187 artigos encontrados, há vários exemplos de eventos religiosos no Brasil, o

que ensejaria estudos sobre a governança em cada uma desses fenômenos. Alguns estudos utilizam expressões como territorialidade e gestão do turismo local, cujos conceitos são próximos de governança, na perspectiva de redes.

Outra linha de investigação consiste em testar os indicadores aqui apresentados. Os autores deste artigo estão testando esses indicadores em redes perenes. Será que eles são operacionais, confiáveis e válidos para redes temporárias?

REFERÊNCIAS

- ABREU, T.; CORIOLANO, L. Os centros de romaria do Ceará e o turismo religioso. In: CORIOLANO, L. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003, p.78-95.
- ABUMANSUR, E. (Org). **Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- ANSARAH, M. (Org). **Turismo: segmentação de mercado**. 3a. ed. São Paulo, SP: Futura, 2000.
- ARRUDA, D.; MARIANI, M.; CALEMAN, S. Coordinación y Estructuras de gobernanza en un sistema productivo de turismo. **Estudios y Perspectivas in Turismo**, v.23, p.343-361, 2014.
- BARBARÁ, S.; LEITÃO, M.; FONTES, J. A governança regional em turismo: realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real. **Cadernos EBAPE**, v.5, n.4, p.1-16, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. São Paulo: Zahar, 2003.
- BURT, R. Positions in networks. **Social Forces**, v.55, n.1, p.93-122, 1976.
- CASSANEGO, P.; RIBEIRO, N. Comportamiento estrategico del sector de servicios de alojamiento en la industria del turismo: analisis de la conurbacion Fronteira da Paz. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v.19, n.6, p.1011-1026, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERQUEIRA, A.; SACRAMENTO, P.; TEIXEIRA, R. Redes de cooperação entre pequenas empresas do setor hoteleiro e a rede turística: um estudo de casos múltiplos em Aracaju, Sergipe. **Observatório de Inovação do Turismo**, v.5, n.1, p.1-17, 2010.
- CRUZ, J.; MARTINS, T.; QUANDT, C. Redes de cooperação: um enfoque de governança. **Revista Alcance**, v.15, n.2, p.190-208, 2008.

- D'ARRUDA, A. *et al.* Dominância de tipos de comprometimento em distintas redes. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.11, n.5, p.85-102, 2017.
- FONTELES, J. Inserção dos atores sociais locais na gestão do turismo em Jericoacoara - CE. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.5, p.54-69, 2015.
- GIGLIO, E.; RYNGELBLUM, A.; BAZANINI, R. The Constitution of Local Networks in the Solidarity Market and Global Social Networks. **EURAM Congress**, Glasgow, 2017.
- GIGLIO, E.; KWASNICKA, E. O lugar do consumidor nos textos sobre rede. In: ENCONTRO ENANPAD, 29, 2006, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: **ANPAD**, 2006.
- GRANDORI, A.; SODA, G.; Inter-firm networks: Antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, v.16, n.2, p.183-214,1995.
- GRANDORI, A. A relational approach to organization design. **Industry and Innovation**, v.13, n.2, p.151-172, 2006.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481-510, 1985.
- GUILLAUMON, S. Turismo em territórios de grande densidade religiosa. **Organizações & Sociedade**, v.19, n.63, p.679-696, 2012.
- GULATI, R.; GARGIULO, M. Where Do Interorganizational Networks Come From? **The American Journal of Sociology**, v.104, n.5, p.1439-1493, 1999.
- HALINEN, A.; SALMI, A.; AVILA, V. From dyadic change to changing business networks: An analytical framework. **Journal of Management Studies**, v.36, n.6, p.779-794, 1999.
- HOLLAND, J. **Hidden Order: How adaptation builds complexity**. Santa Fé: Helix Books, 1995.
- IACONO, M.; ESPOSITO, V.; BERNI, A. Temporary project network and innovation: research on the Italian regional wine industry. **International Journal of Managing Projects in Business**, v.6, n.2, p.274-292, 2013.
- JONES, C.; HESTERLY, W.; BORGATTI, S. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Review**, v.22, n.4, p.911-945, 1997.
- KLIJN, E. Policy and implementation networks. In: CROPPER, S. EBERS M., HUXHAM C, RING, P. S (eds) **The Oxford handbook of inter-organizational relations**, cap.5, p.118-146, 2008.
- LARSON, A. Network dyads in entrepreneurial settings: A study of the governance of exchange relationships. **Administrative Science Quarterly**, v.37, n.1, p.76-105, 1992.
- LATOURETTE, B. **Reassembling the social**. Oxford: Oxford Press, 2005.
- MATIAS, M. **Organização de Eventos**. São Paulo, SP: Manole, 2001.
- MILAGRES, R.; SILVA, S.; REZENDE, O. CONASS Debate: Governança regional das redes de atenção à saúde. 1.ed. Brasília: **CONASS**, 2016.
- MILES, R.; SNOW, C. Causes of Failure in Network Organizations. **California Management Review**, v.34, n.4, p.53-70, 1992.
- MORGAN, R.; HUNT. S. The commitment-trust theory of relationship marketing. **Journal of Marketing**, v.58, n.3, p.20-38, 1994.
- MORIN, E. **On Complexity**. New Jersey, USA: Hampton, 2008.

- NOHRIA, N.; ECCLES, R. **Networks and organizations: Structure, form, and action**. Boston: Harvard Business School, 1992.
- OLIVEIRA, M.; DENNYS, C. Carnavalização e complexidade turística: Formação de paisagens rituais em eventos no estado do Ceara. **RAEGA- Espaço Geográfico em Análise**, v.16, p.37-47, 2008.
- OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: Integration and future directions. **Academy of Management Review**, v.15, n.2, p.241-265, 1990.
- PANIS, M. O patrimônio cultural e as novas territorialidades turísticas em comunidades rurais: Uma realidade emergente no distrito de Rincão da Cruz, Pelotas, RS. **RAEGA- Espaço Geográfico em Análise**, v.17, p. 77-92, 2009.
- PEREZ-RAMIREZ, C.; ZIZUMBO-VILLARREAL, L. Turismo rural y comunalidad: impactos socioterritoriales en San Juan Atzingo, México. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v.11, n.73, p.17-38, 2014.
- POWELL, W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. **Research in Organizational Behavior**, v.12, p. 295-336, 1990.
- PROVAN, K.; KENIS, P. Modes of network governance structure, management, and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v.18, n.2 p.229-252, 2008.
- PROVAN, K., SYDOW, J. Interorganizational Networks at the Network Level: A Review of the Empirical Literature on Whole Networks. **Journal of Management**, v.33, n.3, p.479-516, 2007.
- RUSBULT, C.; VAN LANGE, P. Interdependence, interaction, and relationships. **Annual Review of Psychology**, v.54, n.1, p.351-375, 2003.
- SERRA, D. Turismo religioso, território e territorialidades: o Círio de Nazaré em Belém-PA. **Revista GEO-UERJ**, v.1, n.24, p.104-120, 2013.
- SILVA, L.; MANTOVANELI, O.; SAMPAIO, C. Governanza y territorialidade em el desarrollo turístico regional: El caso del Oktoberfest en Blumenau - Brasil. **Estudios y Perspectivas in Turismo**, v.21, p.1369-1388, 2012.
- SILVA, P. Gerenciamento das relações interorganizacionais por meio de confiança e contratos: um estudo de caso da Versare Rede de Hotéis. **Observatório de Inovação do Turismo**, v.6, n.2, p.1-17, 2011.
- TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação de Buzios-RJ, Parati-RJ e Bonito- MS. **Revista Pasos**, v.14, n.3, p.645-658, 2016.
- UZZI, B. Social Structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, v.42, n.1 p.35-67, 1997.
- VIEIRA, E.; CÂNDIDO, I. **Recepcionista de eventos: Organização e técnicas para eventos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- WEGNER, D.; MACIEL, A.; MALAFAIA, G.; CAMARGO, M.; MACIEL, J. Capital Social e a Construção da Confiança em Redes de Cooperação Mudando Padrões de Relacionamentos na Pecuária de Corte. **Revista de Administração do Imed-RAIMED**, v.1, n.1, p.72-96, 2011.

NOTA

- (1) Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo/USP, com pós-doutoramento em Administração pela Universidade Federal de Lavras/UFLA. Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo/USP. Professor e Pesquisador do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Paulista/UNIP, em São Paulo/SP.
- (2) Graduada em Administração pela Universidade Paulista/UNIP, São Paulo.
- (3) Mestre em Administração pela Universidade Paulista/UNIP, São Paulo. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora Assistente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT- Juína, Mato Grosso.
- (4) Graduada em Administração pela Universidade Paulista/UNIP, São Paulo. Bolsista CNPQ

Enviado: 05/02/2018

Aceito: 29/12/2018